

Dossiê**O ingresso nas licenciaturas da Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Chapecó: a interseccionalidade como conceito e caminho para leitura das trajetórias de mulheres após os 25 anos**

Michele Batista e Renilda Vicenzi

Michele BatistaUniversidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC,
Brasil

E-mail: michele3990michele@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-0624-2930>**Renilda Vicenzi**Universidade Federal da Fronteira Sul – Chapecó, SC,
Brasil

E-mail: renilda.vicenzi@uffs.edu.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1304-573X>

Artigo recebido em 09 de janeiro de 2025 e aprovado para publicação em 05 de março de 2025.

DOI: <https://doi.org/10.33871/nupem.2025.17.41.10167>

Resumo: Estruturas sexistas, classistas e racistas marcam a história de pessoas que são determinadas pelo lugar/território de pertencimento, por seu corpo, pela sua cor, pelo gênero e classe social que pertencem. Apresentamos, em perspectiva interseccional, as trajetórias/histórias de vidas de mulheres, que ingressaram em licenciaturas na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó (SC), após os 25 anos de idade. Tais trajetórias são compar-tilhadas a partir do entrelaçamento de violências, na intersecção entre gênero e classe e seus desafios. A escolha metodológica foi pela roda de conversa, que proporciona liberdade na formulação e reformulação das perguntas e trocas interativas entre as participantes. O debate basilar perpassa pelo conceito da interseccionalidade permitindo a compreensão da estrutura social na qual estão imersas. Concluímos que abordar aspectos interseccionais presentes na vida de futuras professoras se torna chave para compreender suas trajetórias e fortalecê-las pessoal e profissionalmente.

Palavras-chave: Trajetórias de vida; Interseccionalidade; Ensino Superior; Formação de professoras.

**Admission to undergraduate courses at
UFFS – Chapecó Campus:
intersectionality as a concept and a way
of reading the trajectories of women after
25 years of age**

Abstract: Sexist, classist and racist structures mark the history of people who are determined by their place/territory of belonging, their body, their color, their gender and the social class they belong to. From an intersectional perspective, we present the life trajectories/histories of women who entered the undergraduate program at UFFS – Campus Chapecó (SC) after the age of 25. These trajectories are shared through the intertwining of violence, at the intersection of gender and class and their challenges. The method chosen was the conversation circle, which provides freedom in formulating and reformulating questions and interactive exchanges between participants. The basic debate goes through the concept of intersectionality, allowing us to understand the social structure in which they are immersed. We conclude that addressing intersectional aspects in the lives of future teachers is fundamental to understanding their trajectories and strengthening them personally and professionally.

Keywords: Life trajectories; Intersectionality; Higher Education; Teacher training.

**El ingreso en las licenciaturas de la UFFS
– Campus Chapecó: la interseccionalidad
como concepto y camino para la lectura
de las trayectorias de mujeres después
de los 25 años**

Resumen: Las estructuras sexistas, clasistas y racistas marcan la historia de las personas que son determinadas por su lugar/territorio de pertenencia, su cuerpo, su color, su género y la clase social a la que pertenecen. A partir de una perspectiva interseccional, presentamos las trayectorias/ historias de vida de mujeres que ingresaron a la carrera de licenciatura en la UFFS – Campus Chapecó (SC) después de los 25 años. Estas trayectorias se comparten a partir del entrelazamiento de violencias, en la intersección entre el género y la clase y sus desafíos. La elección metodológica fue por la rueda de conversación, que proporciona libertad en la formulación y reformulación de preguntas e intercambios interactivos entre las participantes. El debate de base pasa por el concepto de interseccionalidad, permitiendo comprender la estructura social en la que están inmersos. Concluimos que abordar aspectos interseccionales presentes en la vida de futuras profesoras es clave para comprender sus trayectorias y fortalecerlas personal y profesionalmente.

Palabras clave: Trayectorias de vida; Interseccionalidad; Educación Superior; Formación de profesoras.

Introdução

A proposta apresentada visa a refletir sobre as vivências e trajetórias de mulheres que, após os 25 anos de idade¹, ingressaram no Ensino Superior público, em cursos de licenciatura, especificamente, na Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) – Campus Chapecó. Foi no contexto de expansão das vagas no Ensino Superior no Brasil, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que novas instituições federais surgiram: dentre elas, a UFFS. A Lei n. 12.029, de 15 de setembro de 2009, além de instituir a UFFS e delinear, em linhas gerais, como se daria o seu funcionamento, conferiu autonomia para a criação do seu estatuto e para o exercício de outras prerrogativas, intrinsecamente ligadas a sua razão de existência. Ademais, essa legislação também trouxe reflexos sociais significativos, contribuindo para a diminuição do processo de litoralização e sinalizando para uma possível reversão do quadro histórico de desassistência por parte da esfera pública na Educação Superior na Mesorregião Grande Fronteira do Mercosul. A UFFS nasceu *multicampi* e, atualmente, oferta cursos de graduação, especialização, aperfeiçoamento, mestrado e doutorado distribuídos nos seis *campi*², formando profissionais com conhecimentos específicos por área em licenciaturas e bacharelados.

Interessa-nos contar a trajetória de vida de mulheres que vivenciaram interrupções em seus estudos e o retorno a eles, a partir das suas perspectivas, ou seja, com os detalhes das emoções sentidas, das experiências vividas e como estas colaboraram com a tessitura do seu fortalecimento, enquanto mulheres e futuras professoras. Assim, ao longo desta escrita, nossa intenção é trazer os sonhos que foram silenciados em determinado período na vida delas, mas também os desafios identificados e a forma como buscaram enfrentar tais desafios até transpô-los, até conquistarem a vaga em uma graduação de licenciatura em uma universidade federal do interior do Sul do Brasil. O recorte da pesquisa – UFFS, para além do lugar das pesquisadoras, envolve, do mesmo modo, a dinâmica de acesso ao Ensino Superior público no interior do Brasil por pessoas que, historicamente, foram excluídas desse processo. O ingresso em cursos de licenciatura está associado a uma memória positiva e propositiva sobre ser professora: profissão marcada pelas próprias trajetórias na educação básica pelas mulheres que compõe a pesquisa.

O debate, aqui, proposto não pretende abordar questões de quantificação de gênero nas licenciaturas, comparando a realidade historicamente construída e a já estudada predominância de mulheres sobre homens no campo da educação de modo geral (Hypolito, 2020; Vianna, 2002). Também não intenciona questionar a possibilidade de elas não terem optado por cursar uma graduação de bacharelado, ao invés de uma licenciatura e, com isso, talvez, atuarem em profissões que lhes concedessem maiores salários em outro ramo de atuação. Abordamos, sim, como objetivo central, os

¹ A escolha por abordar essa marcação de idade considera a existência de legislação que versa por estabelecimento de um limite etário considerado como ideal para a inserção no Ensino Superior (ainda que este não figure na legislação como obrigatório). Estas orientações estão dispostas na Lei 9.394/1996 (LDB): a criança deve ingressar na educação infantil aos 4 anos e aos 6 anos no 1º ano do ensino fundamental, etapa que deve ser concluída aos 14 anos. Na faixa etária dos 15 aos 17 anos, o jovem deve estar matriculado no ensino médio.

² Todos os seis *campi* da UFFS são identificados pelo nome das cidades que os sediam: o de Chapecó, em Santa Catarina; os de Realeza e Campus Laranjeiras do Sul, no Paraná; e os de Passo Fundo, Erechim e Cerro Largo, no Rio Grande do Sul.

percursos para o ingresso em cursos de licenciaturas, ou seja, o fato de elas terem optado por se tornarem professoras. Neste texto, apresentamos duas experiências³ em particular, correlacionando os elementos interseccionais de gênero e classe que foram se apresentando e constituindo as trajetórias de Violeta e Mafaldinha, nomes fictícios que foram utilizados para rememorar suas histórias com maior liberdade.

Os nomes Violeta e Mafaldinha foram escolhidos durante um encontro no qual a metodologia delimitada foi a da roda de conversa (Moura; Lima, 2014). Destacamos que ambas, ao ingressarem no Ensino Superior, possuíam mais de 25 anos de idade, indicando ter havido ruptura em suas trajetórias na educação formal. A dinamicidade operacional da metodologia da roda de conversa proporcionou conhecer vários aspectos das trajetórias dessas mulheres e, em especial, ter acesso a informações sobre como construíram seu ingresso nas graduações do curso de licenciatura em Matemática e em Ciências Sociais, respectivamente. Embora tenham tido um caminho pregresso ao Ensino Superior bem diferente uma da outra, o ponto em comum é que ambas seguiram na carreira do magistério público. Em outras palavras, escolheram cursar licenciatura para seguir na carreira docente na Educação Básica. Ambas ingressaram na graduação em uma instituição federal aos 38 anos de idade. Para além de a UFFS oferecer Ensino Superior gratuito e de qualidade, o fato de estar localizada no interior do Estado de Santa Catarina foi determinante para que pessoas como Violeta e Mafaldinha se matriculassem nas licenciaturas escolhidas.

Violeta, nome de uma flor, é uma mulher branca, casada e mãe de dois filhos e cursou a licenciatura em Matemática. Compartilhou que, durante o tempo em que vivenciou a educação básica, contou com o apoio da mãe para continuar os estudos, sendo esta uma figura importante também no seu desenvolvimento intelectual, especialmente, pelo incentivo à leitura. Na UFFS, ela ingressou pela modalidade de retorno de graduado, por já ter concluído uma graduação em Economia em uma universidade particular da região. Até realizar o sonho de estudar em uma universidade federal, alguns anos se passaram. Durante o período em que cursou Matemática, foi costurando as novidades trazidas pela retomada de seu processo de formação em uma licenciatura, com as responsabilidades e cobranças por ser mãe, esposa e dona de casa. Em 2024, passados dois anos de conclusão do curso, atua na sua área de formação no município de Xaxim (SC).

Mafaldinha, por sua vez, é uma mulher branca que ingressou na licenciatura de Ciências Sociais enquanto vivenciava um processo de separação conjugal. Mãe de quatro filhos, sendo um deles com diagnóstico de autismo severo, ela tem um histórico de várias rupturas e retomadas na sua educação formal. Após a conclusão do curso Superior, Mafaldinha lecionou em Chapecó e, atualmente, é professora na sua área de formação, no município de Criciúma (SC). Foi justamente atuando como docente e usando em suas aulas as tiras da personagem criada pelo argentino Joaquín Tejón, que recebeu e acolheu, carinhosamente, o apelido dado por seus alunos.

³ Este texto é parte da pesquisa em desenvolvimento de Dissertação de Mestrado em Educação da UFFS – Campus Chapecó. A partir da metodologia de roda de conversa, tem, até o momento, uma amostragem de sete mulheres que narraram suas trajetórias: cada uma de um curso de licenciatura desta instituição. Atualmente, o campus conta com sete cursos voltados à formação de professores. A opção por apresentar apenas as trajetórias de Violeta e Mafaldinha ocorre em função de termos uma melhor sistematização de suas trajetórias até o momento.

Como vimos, além da idade de ingresso no Ensino Superior, da graduação em uma licenciatura na UFFS *Campus Chapecó* e do fato de atuarem como professoras no momento, as duas mulheres também têm em comum a vivência não linear do desenvolvimento da educação formal, tendo experimentado períodos de rupturas e adaptações para o retorno ao processo educacional, em meio a instabilidades familiares. Tais evasões, independentemente do período em que aconteceram, as levaram ao ingresso em uma vaga de licenciatura na UFFS, após os 25 anos de idade.

Para ser possível uma descrição ampliada das trajetórias destas duas mulheres, a compreensão sobre o conceito de interseccionalidade, seu nascedouro e suas principais vertentes de luta tornam-se importantes. Por esse motivo, essa abordagem precede maiores detalhes sobre a trajetória das referidas mulheres, de sorte que as buscas por encontrar um melhor entendimento acerca do termo conduziram-nos a suas bases históricas, que, por sua vez, nos levaram a leituras relacionadas ao movimento feminista negro que é referência para o debate. A partir do contato com os textos produzidos por Carla Akotirene, gradativamente, fomos apresentadas a outras escritoras negras que seguem sendo citadas, contribuindo para o desenvolvimento do texto, tais como Crenshaw (2014; 2015; 2019), Collins (2022) e hooks (2021).

Assim, as reflexões aqui dispostas sobre a interseccionalidade foram oportunizadas por meio do movimento feminista negro e suas pautas, que, além de gênero e classe, abordam o necessário viés de raça. Contudo, há a existência de categorias adicionais que também podem ser observadas em estudos interseccionais, a depender do objetivo do estudo e do público em questão, conforme compartilharemos mediante as análises de autoras como Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020), Kimberlé Crenshaw (2014; 2015; 2019), Gabriela Moraes Kyrillos (2020) e Adriana Piscitelli (2008).

Seja como for, a interseccionalidade nos brinda com a possibilidade de reflexões sobre vivências imersas em situações de violências variadas. Portanto, compreender trajetórias sob essa ótica perpassa pela identificação dos entrelaçamentos dessas violências, presentes nesses processos de rupturas e retornos de forma mais assertiva. Em vista disso, o texto está organizado de forma a abordar debates acerca da interseccionalidade, seu conceito e a importância do uso das metáforas como caminho para uma compreensão democrática.

Em seguida, compartilhamos as trajetórias já anunciadas das mulheres que reorganizaram suas vidas com o objetivo de ingressar no Ensino Superior e os desafios que enfrentaram diante das violências (explícitas ou veladas), que se impuseram em seus caminhos. Importante frisar que, especialmente, para essa abordagem, considerando as trajetórias das protagonistas, interseccionalaremos as questões de gênero e classe, posto que ambas são mulheres brancas e de famílias da classe trabalhadora.

Interseccionalidade: leituras que a compreensão do conceito oportuniza

Diante da intensificação do poderio neoliberal, percebemo-nos imersos em uma realidade de aprofundamento das desigualdades econômicas em nível mundial. Tal cenário reflete no aumento dos níveis de desigualdade social, que distancia cada vez mais da maioria esmagadora da população o acesso à bens, à educação de qualidade e a serviços necessários à sobrevivência humana com

dignidade, agudizando, assim, com o distanciamento de relações equânimes entre os povos de todas as nacionalidades.

Frente à realidadeposta, um caminho possível para o estabelecimento de um debate que ambicione alterações na direção de minimização dessas desigualdades multifacetadas é a interseccionalidade. Usada como categoria analítica, ela oferece suporte para o debate sobre o desenvolvimento e o alcance de políticas locais a globais pensadas a partir desse viés, o que tem gerado acentuada notoriedade ao tema nas últimas décadas.

O termo interseccionalidade foi cunhado pela jurista norte-americana Kimberle Crenshaw, em 1989. A introdução desse conceito e o posicionamento de Crenshaw no campo acadêmico despertaram interesse pelo desenvolvimento de conceituações aprofundadas que passaram a ser intensificadas. A partir da abordagem de Crenshaw, a noção de interação entre as formas de subordinação existentes ganhou destaque, com o entendimento de que a sobreposição das opressões, como a realidade vivida pelas mulheres negras, seria superada. Concomitantemente, a proposta de interação (intersecção) dessas opressões abriu caminho para o desenvolvimento de um entendimento mais amplo e, por isso, mais acertado.

Em uma entrevista à jornalista Bim Adewunmi em 2014, Kimberle Crenshaw relembrava a trajetória que as mulheres negras estadunidenses tiveram para que, legalmente, houvesse uma reconstrução da interpretação da lei antidiscriminação até então vigente⁴. A lei versava, unicamente, sobre discriminações, que poderiam ser sobrepostas, mas o entendimento que estas se entrelaçam teve de ser construído e necessita ser lembrado constantemente.

A referida autora passou a analisar situações de discriminações pela ótica da interseccionalidade, defendendo a reformulação das agendas políticas advindas a partir das reivindicações tanto feministas quanto antirracistas. Portanto, segundo Crenshaw (2014, p. 55), ambos os campos “são baseados em conjuntos discretos de experiências que, muitas vezes, não refletem com precisão a interação entre raça e gênero”. Assim, “como a experiência interseccional é maior do que a soma entre racismo e sexism, qualquer análise que não leve em conta a interseccionalidade será insuficiente para abordar o modo particular pelo qual as mulheres negras são subordinadas”.

Para Collins e Bilge (2020, p. 16):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são interrelacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas⁵.

⁴ A trajetória de reconstrução da interpretação da legislação antidiscriminação dos EUA iniciou em decorrência de uma denúncia de assédio sexual que ganhou grande repercussão no país, tendo sido formulada pela educadora e advogada Anitta Hill contra o juiz Clarence Thomas.

⁵ Segundo nos coloca Sirma Bilge (2011), o conceito da interseccionalidade está em movimento constante. Por esse motivo, ela e Patrícia Collins inseriram a expressão “entre outras”, ao final da designação. Um exemplo da aplicação do termo é que estamos vivenciando um momento pós-covid, que nos mostrou uma realidade na qual foi inserida

É pertinente fazer memória, segundo o texto de Adriana Piscitelli (2008), que ainda antes de o termo ser cunhado por Crenshaw, seu surgimento acontece a partir do movimento de mulheres ativistas negras, no desenrolar das décadas de 1960 e 1970, quando estas perceberam que mesmo sendo inseridas nos mais variados movimentos, fracionar as suas vulnerabilidades em nada contribuía para a superação destas, uma vez que se percebiam imersas em uma realidade muito mais complexa. Suas vidas estavam entrelaçadas em todos esses vieses, sendo mulheres negras e trabalhadoras. Na conjuntura em que se encontravam, emergiam todas as demandas surgidas a partir da realidade experimentada. Em linhas gerais, isso implica em dizer que nenhum movimento, de modo isolado, iria conseguir responder satisfatoriamente às demandas latentes. Carla Akotirene (2022, p. 19), a propósito, reforça que “o movimento feminista falhou ao não reconhecer o feminismo negro e o movimento negro falhava pelo machismo que levava ao não reconhecimento das demandas das mulheres”, e foi com essa leitura de realidade que a interseccionalidade passou a ser desenvolvida.

Então, as abordagens interseccionais realizadas antes da oficialidade trazida por Crenshaw no final da década de 1980 tem importância para Kyrillos (2020), que afirma ser imprescindível que possamos falar criticamente sobre a interseccionalidade, explorando como esse debate foi vivenciado na fase anterior a sua popularização e reconhecimento pela academia.

É conveniente ressaltar que a interseccionalidade não está localizada geograficamente em um local único no globo. Não é pertencente a um único lugar, não podendo ser circunscrita com exclusividade a nenhuma nação, simplesmente porque não se insere no entendimento de acontecimentos que ocorrem somente em determinado lugar físico. Em não sendo natural e exclusiva de uma única região do planeta, também não é de outros donos que não sejam as populações vulnerabilizadas. Dessa forma, não é de sua natureza estar a serviço do neoliberalismo, visto que se trata de uma ferramenta analítica ligada às questões que têm seu cerne nas desigualdades: não por acaso, foi reconhecida fortemente a partir de uma matriz de luta do feminismo negro. Essa vigilância do termo, para que ele não seja solapado, é um movimento crítico que exige atenção permanente, visto que abordagens desse tipo geram tensões e exigem que nos tornemos fluentes na linguagem da interseccionalidade, que, *per se*, “é poliglota” (Collins; Bilge, 2020, p. 13).

Nessa direção, temos um alerta importante comentado por Sirma Bilge (Rede TTV, 2021) sobre o uso do termo interseccionalidade. Embora ele tenha um histórico relacionado a lutas por direitos, o que presenciamos, na atualidade, é que também tem sido usado por pessoas e grupos dominantes como forma de manutenção da dominação e privilégios interseccionais. A interseccionalidade, segundo a autora, já não está necessariamente compondo um caminho progressista e emancipatório por si só, mas continua sendo uma ferramenta analítica que auxilia na compreensão de como o poder age na sociedade.

uma nova categoria interseccional, que se situou entre os países que detinham as patentes para fabricação das vacinas e os que não conseguiram a quebra dessa hegemonia legal para produzirem a vacina em larga escala e, assim, salvar pessoas. Então, a vacinação contra a covid passou a ser um caminho de poder, que distanciou a população marginalizada do acesso ao medicamento. Este aspecto passou a ser, nas palavras de Bilge, uma nova categoria de dominação.

Desta forma, coletivos vulnerabilizados precisam estar atentos ao fato de que o uso do termo não é uma cápsula protetora.

As análises interseccionais oportunizam uma compreensão ampliada, nos chamando a identificar a existência de relações que se cruzam em todos os aspectos de nossas vidas. Como bem pontuam Collins e Bilge (2020), sendo uma ferramenta analítica, a interseccionalidade aponta para dimensões importantes que mostram que o crescimento da desigualdade econômica é também medido pela desigualdade social em nível mundial. Esmiuçar essa compreensão significa conhecer realidades com um interesse genuíno voltado a pensar em ações possíveis de enfrentamento que se revertam em alternativas de mudança, visto que, como nos trazem as autoras, as pessoas possuem entendimentos diferentes frente ao que vivenciam, uma vez que as percepções de realidades e as alternativas de enfrentamento dessas realidades são diferentes, a depender se são mulheres, crianças, pessoas trans, idosos ou membros de comunidades étnicas.

Podemos afirmar que interseccionalidade é um termo usado para compreender questões que atravessam vidas. Por conseguinte, como nenhuma pessoa é só o que uma formação profissional lhe confere, ela também não é constituída somente pelas relações familiares ou de amizades que foram sendo estabelecidas ao longo da sua vida. Ela não é apenas a categorização explícita com a identificação de gênero, raça ou classe, por exemplo. Mas é o entrelaçamento de todos os vieses identificados em uma vida e que orientam ações e posicionamentos nas relações cotidianas: entrelaçamentos que devem ser nomeados e reconhecidos, pois são partes constitutivas do ser social, de modo que, quando falamos de pessoas historicamente excluídas de espaços de poder político e de produção de conhecimento, por sua cor, gênero, raça e etnia – as minorias –, esses entrelaçamentos denotam os resultados dos aspectos das desigualdades econômica e social, que culminam com discriminações e exclusões. Violeta e Mafaldinha são mulheres, filhas, mães, esposas e professoras que estão circundadas por relações cotidianas/domésticas, de trabalho que se desdobram no lugar ocupado na sociedade. Suas vivências familiares e seus retornos aos estudos com o ingresso na Universidade ensejam análises de entrelaçamento.

Aprofundando essa discussão, Gabriela Kyrillos (2020) aborda a importância das especificidades que entrelaçam o feminismo. Aqui, nos desdoblamos para o universo de ser mulher, do lugar de pertencimento que é marcado, em especial, nas vidas de Violeta e Mafaldinha pela opressão machista. No encontro, pelo compartilhamento de vozes que se reconhecem, as avenidas se cruzam. O histórico compartilhamento de opiniões pelo reconhecimento da luta das mulheres na busca do seu protagonismo social, em que está evidenciado o enfrentamento do patriarcado – que subjuga, que opõe e que relega direitos – é um dos pontos de convergência.

Abordar o tema interseccionalidade é adentrar em aspectos da vida socialmente produzida. É, antes, falar de gênero, de classe, de raça, de patriarcado. Por isso, para contribuir com o movimento da construção de entendimentos sobre o que é a interseccionalidade, Collins e Bilge (2020) reforçam a importância do estabelecimento de uma linguagem comum, de uma linguagem que torne a

interseccionalidade acessível, sendo que é isso que fará com que ela se torne palpável e seja desmistificada.

Nesse caminho, encontrar formas para incluir o uso da interseccionalidade quando os fatos acontecem no cotidiano pode parecer fácil quando se está buscando informações sobre o assunto. Porém, explicá-la ou aplicá-la não acontece de forma tão natural: pelo menos não até que se tenha proximidade com leituras, para gerir um certo domínio sobre o assunto. Ainda assim, não é tarefa fácil, pois, não raro, enfrentará resistências de terceiros.

O uso de metáforas auxilia para explicar a aplicabilidade da interseccionalidade e é caminho recorrente na literatura para abordar o termo, com o objetivo de exemplificá-lo e trazê-lo para a realidade por intermédio de exemplos palpáveis, perseguindo o melhor entendimento aos leitores. Não sem motivo, “a metáfora é o processo retórico pelo qual o discurso libera o poder que algumas descrições têm de re-apreender a realidade”, porquanto “abre possibilidades de interpretação, permite linhas de fuga do pensamento, novas e múltiplas conexões” (Misoczky, 2009, p. 1.169).

Crenshaw (2014) expõe sobre a necessidade de o próprio movimento feminista estar sempre atento ao uso de analogias para encurtar o caminho entre a realidade de discriminações vivenciadas pelas mulheres. Isso segue sendo um desafio, pois, frequentemente, a dificuldade de entendimentos sobre discriminações diferentes não é compreendida e, por vezes, diminuída, até mesmo, dentro do próprio movimento feminista:

Você tem que mostrar que o tipo de discriminação que as pessoas têm conceituado é limitado, porque barra o seu pensamento quando uma discriminação encontra outro tipo de discriminação. Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar para dizer: é muito bom para mim entender os tipos de discriminações que ocorrem ao longo desta avenida, ao longo deste eixo, mas o que acontece quando ele flui para outro eixo, outra avenida? (Crenshaw, 2014, s./p.).

Desde que nomeou o termo interseccionalidade, Crenshaw (2014) tem se utilizado da “metáfora das avenidas” para melhor ilustrar a sobreposição de discriminações. Com este exemplo, ela aborda a existência de duas avenidas, que, em princípio, representariam a raça e o sexo, e que as trabalhadoras negras não seguiam somente em uma dessas avenidas. Sendo mulheres e negras, em determinado ponto, essas avenidas, necessariamente, se intersectariam, pois a identidade delas percorria as duas avenidas, levando-as a se verem entrelaçadas pelas violências ocorridas simultaneamente:

Como analogia, consideremos o tráfego num cruzamento indo e vindo em todas as quatro direções. Do mesmo modo que o tráfego num cruzamento, a discriminação pode fluir em todas as direções. Um acidente num cruzamento pode ser causado por qualquer um dos carros, viajando em qualquer uma das direções e, às vezes, por todos eles. Da mesma forma, se uma mulher negra é prejudicada por estar na intersecção, a sua lesão pode resultar tanto da discriminação sexual quanto da discriminação racial (Crenshaw, 2019, p. 66).

Além da metáfora utilizada por Crenshaw (2014), outros exemplos também podem ser encontrados na literatura, sendo utilizados para abordar a inegável existência e importância do

reconhecimento da interseccionalidade. São exemplos inspirados em vivências empíricas, que não excluem a ascensão de outros, mas servem para explicar, a partir da aproximação e linguagens simples, como o conceito pode ser compreendido na prática e todos carregam similitudes entre si.

Independentemente de qual metáfora seja eleita como a mais completa e democrática para a construção do entendimento, ela precisa estar acessível na promoção do que mais se espera dela: que impulsionne o entendimento e a concretização de ações interseccionais, para que seu uso se naturalize e que sejam cenários que contribuam para continuarmos atentas e atentos frente a novas formas de discriminação e subjugação, no momento em que estas se manifestam.

Isto posto, passamos a apresentar os aspectos interseccionais (a partir, como já dito, das categorias de gênero e classe), que estiveram presentes nas trajetórias de Violeta e Mafaldinha e a rota que traçaram para a retomada do processo de educação formal com o ingresso na vida acadêmica.

A coragem que move e as estratégias que alteram a realidade

Vivemos em um contexto patriarcal, elitista e caucasiano, no qual, embora tenhamos evoluído para algumas conquistas, estas ainda são irrigúrias, frente às heranças que todo esse sistema engendrou ao longo dos séculos.

Histórias de cerceamento ao direito da educação e/ou adiamento da continuidade da formação, em especial, em relação às trajetórias femininas, não raramente, vêm à tona. E torna-se impressionante como estas situações são, de certa forma, naturalizadas e só assumem um lugar de estranhamento pelas próprias mulheres, quando elas têm acesso a conhecimentos que as permitem refletir sobre suas realidades. O simples ato de manifestar a vontade de continuar os estudos, por exemplo, pode desencadear alguns processos que requerem enfrentamento:

O meu pai não queria me pagar a inscrição para fazer vestibular. E aí eu fui trabalhar e fui em busca disso. E o meu sonho sempre foi fazer uma federal. Eu queria muito fazer uma federal. Mas ele não dava essa possibilidade para gente. Na época eu consegui dinheiro para fazer a inscrição da universidade em Palmas (PR) e eu fiz escondida. Eu fui para fazer o vestibular. E aí eu arrumei minhas malas, não contei para minha mãe e para ninguém. Imagina: eu tinha 18 anos! O meu pai tinha uma loja de roupas e aí eu ia pegar o ônibus às 5 da tarde e ia para Palmas me aventurar. Não conhecia ninguém, mas eu ia! Eu desci correndo, eu fui à Rodoviária e dei minha mala lá. Perto do horário do ônibus sair eu olhei para meu pai e falei: Estou indo fazer o vestibular em Palmas e volto só domingo! E saí correndo. (rsrs) Pensei: Ele vai me pegar de vara e vai me surrar! E eu corri e embarquei no ônibus e fui... Cheguei lá, não sabia onde ia ficar e estava com pouco dinheiro... Enfim, o vestibular era no sábado e eu fiz a prova. E quando voltei para casa no domingo, meu pai estava enfurecido comigo! Muito bravo! Mas eu passei! E fiquei muito bem colocada e optei em fazer Economia. Mas aí como era ele quem controlava o dinheiro, a gente não tinha dinheiro para pagar a inscrição. Aí eu e minha mãe falamos que nós iríamos dar um jeito! Aí eu arrumei um emprego e foi assim, uma luta, uma luta, pagar aquela faculdade... Eu voltava para casa 1h da manhã e tinha que acordar cedo. Vendia lençóis, calcinha, perfume, tudo o que dava para poder pagar a mensalidade daquela faculdade (Violeta, *Entrevista*, 22 jun. 2024).

O relato de Violeta poderia ser o da experiência de uma mulher que viveu no início do século XIX e manifestou vontade de continuar estudando, pois está permeado pelos resquícios do patriarcado, em cujo âmbito o controle financeiro fica sob os mandos da figura masculina.

A dificuldade em conciliar o deslocamento diário para a instituição onde estudava (que consumia algumas horas do seu dia, por se localizar em um Estado vizinho), os horários de estudo exigidos pela graduação para além do período que cursava presencialmente e o trabalho que foi possível para a obtenção de uma renda que permitisse permanecer na graduação são elementos que exigiram muito de Violeta e que poderiam ser amenizados, caso ela contasse com o aceite e com o apoio financeiro do pai. Somados a isso, nos chama a atenção a expressão “Ele vai me pegar de vara e vai me surrar!”, denotando a falta de incentivo do pai para com a continuidade no processo de educação da filha e a imposição masculina sobre as mulheres, mediante força. Embora isso possa não ter acontecido (pois não ficou evidente na fala da entrevistada), o fato de ela ser menos forte fisicamente estava presente no imaginário de Violeta, que poderia ser vítima dele, caso o contrariasse.

As estratégias construídas por ela, com apoio da mãe, vão ao encontro do que nos traz Collins (2022, p. 128), que reflete que “qualquer que seja a forma de opressão que vivenciem – raça, classe, gênero, sexualidade, idade, capacidade, etnia e nação –, grupos subordinados têm um interesse pessoal em resistir a ela”.

Quando decidiu que cursaria uma segunda graduação, Violeta experimentou, novamente, uma experiência parecida, que reuniu julgamentos e descréditos, que foram ainda mais acentuados. Naquele momento, a exemplo da primeira graduação, ela também teria de incluir em sua rotina o deslocamento no turno da noite para outra cidade⁶. Contudo, já era mãe de dois filhos ainda menores. Compartilhou que, constantemente, era “lembbrada” que era mãe e que talvez essa decisão não fosse a mais acertada:

Eu já sou formada em Economia e a minha segunda graduação, então foi fazer licenciatura em Matemática na federal. Eu estava com 38 anos quando eu decidi fazer isso. E fui. *Contra tudo e todos*, porque todo mundo dizia que eu era uma louca! (risos). O filho pequeno e um monte de coisa para fazer. Enfim...é aquilo... Ninguém para te dizer: Vai lá! Vai dar certo! É aquela coisa...E até o pessoal me dizia: Nós vamos te denunciar para o Conselho Tutelar! Porque ele (o filho mais novo) estava com 4 para 5 anos e ela (a filha mais velha), com 14 para 15 anos. Mas enfim, foi assim. Conseguí entrar. Eu fazia menos disciplinas, porque também não vencia. Estudar na faculdade de matemática, é exigente. Eu não me lembra muita coisa. Tive que voltar a rever algumas coisas lá do ensino médio para poder passar em algumas disciplinas e também tive algumas reprovações... (Violeta, *Entrevista*, 22 jun. 2024, grifo nosso).

Mulheres quando se movimentam em busca de conquistas pessoais, entre outras coisas, rompem os limites que o lar as impõe, especialmente, quando o movimento é no sentido de adquirir conhecimento, acabam por perceber-se enquanto pessoas para além dos papéis que representam para a família. Isso

⁶ As cidades de Chapecó e Xaxim estão localizadas na região oeste do Estado de Santa Catarina. A distância entre o campus da universidade e a cidade de Xaxim é de cerca de 35 quilômetros. Por esse motivo, muitos estudantes se deslocam, diariamente, de Xaxim para Chapecó pela oportunidade de se graduarem em uma universidade federal, tanto no período diurno quanto no noturno.

gera estranhamentos e confrontos, frequentemente manifestados, inclusive – e infelizmente – por outras mulheres:

As mulheres têm suas trajetórias marcadas por uma série de “obrigações” oriundas dos papéis sociais constituídos. [...] A maternidade, o casamento, os afazeres domésticos – que juntos compõem o trabalho de reprodução da sociedade, além da vulnerabilidade econômica, à qual as mulheres estão mais expostas – são fatores que interferem diretamente em suas trajetórias escolares (Santos; Costa, 2021, p. 15).

Situações de violência veladas também são engendradas pelo patriarcado e fazem com que mulheres sejam mantidas abnegadas nos seus lares: “Parei de estudar muito cedo. É aquela coisa de ser educada para casar, né? Então, a universidade era uma coisa que não passava na minha cabeça. Assim, eu nunca tinha me imaginado estando lá”. Mafaldinha ingressou na universidade aos 38 anos de idade: “Me graduei e concluí o curso em final de 2015. Colei grau no início de 2016”:

Eu sempre fui dona de casa e tal... e tive 4 filhos, do meu outro casamento. Tive um filho que é uma pessoa com deficiência. Ele nasceu com uma síndrome rara, tem autismo severo. Quando esse meu menino nasceu, eu tinha 28 anos. Aí, tipo uns 5 anos foi, totalmente em função dele. Porque ele era muito doente. Aí o casamento afundou! Eu vivia também num relacionamento abusivo que eu só fui descobrir mais tarde, quando eu comecei a fazer terapia. Que era aquela coisa mascarada de cuidados também. Então, aí você se vê naquela situação: mais de 20 anos que eu era totalmente dependente financeiramente, ganhava mesada... E o quanto a terapia me ajudou muito a perceber aquilo. E aquela coisa: O que fazer para conseguir sair daquilo! Que movimentos fazer para sair. Sabia que o negócio estava terrível, que eu não queria aquilo, mas não tinha como sair daquilo... E aí começou a bater a vontade de estudar, né, e sentir essa necessidade... (Mafaldinha, *Entrevista*, 22 jun. 2024).

De certa forma, a condição de pessoa com deficiência de um dos filhos de Mafaldinha, indiretamente, a movimentou para a busca de terapia. Isso levou-a a perceber-se num relacionamento abusivo e a querer sair dessa situação. Dessa forma, foi impulsionada a recalcular rotas que a conduziram para uma trajetória difícil, mas que era a única vislumbrada naquele momento. Esse caminho, no entanto, culminou na retomada da sua educação formal e no ingresso no Ensino Superior:

Aí aquela coisa né, queria estudar, mas não tinha dinheiro! Não tinha dinheiro e o casamento tinha acabado. Aí eu fui trabalhar fora. A única alternativa que me restou foi trabalhar no frigorífico. E quando a água bate na bunda e a gente precisa, então eu fui. As minhas amigas falaram que eu ia durar uma semana lá dentro. Mas eu precisava sair daquela situação. Aí eu pensei: Meu ex-marido não queria sair de casa. Eu não tinha condição para ir morar em outro local. Então eu vou trabalhar e eu também vou estudar e vou conseguir uma profissão. E aí depois eu me “mando” daqui! Foi essa a minha ideia! Mas foi uma guerra... Foi um inferno aquilo! Aí eu entrei no frigorífico, fiquei um ano e pouco lá, depois eu fui trabalhar em supermercado (Mafaldinha, *Entrevista*, 22 jun. 2024).

A trajetória que Mafaldinha desenhou para sair da situação em que se encontrava foi cercada de muita coragem e determinação. Como ela compartilhou, estava em uma situação na qual o casamento havia acabado e ela, sem nenhuma renda nem qualificação, foi construindo estratégias que a auxiliariam a chegar, finalmente, no ingresso no Ensino Superior.

Ao perceber a necessidade de retomar os estudos e reconhecer que isso traria mudanças significativas em suas vidas, incluindo a garantia de uma profissão, algumas estratégias precisaram ser traçadas.

Aí eu pensei cá com os meus botões: Eu vou fazer o primeiro ano do Ensino Médio regular e para eu ter uma “basezinha”, pois eu estava há muito tempo fora. Isso foi 2004, 2005 mais ou menos. Aí fiz o primeiro ano do Ensino Médio, com a galera lá, a moçada do Ensino Médio lá no Tancredo.⁷ E aí eu terminei o Ensino Médio pelo CEJA, 2007. Queria estudar, mas não tinha grana também, enfim... Aí em 2010, fiz o ENEM e entrei! A UFFS me salvou! (Mafaldinha, *Entrevista*, 22 jun. 2024).

Mafaldinha percorreu um caminho que começou a ser mentalmente construído com a elaboração de uma estratégia. É o que bell hooks, concordando com Mary Grey, chamou de imaginação profética, por meio da qual indivíduos de grupos marginalizados “frequentemente encontram seu caminho para a liberdade atendendo ao chamado de imaginações proféticas” (hooks, 2021, p. 275).

Quando solicitamos para mulheres compartilharem como foi sua preparação para o ingresso no Ensino Superior, podemos perceber, na fala delas, a conexão desse objetivo com os demais vieses de suas vidas. Com efeito, os desafios para sair de um relacionamento que já não agregava mais nada à Mafaldinha, mas que a obrigava a permanecer no mesmo teto do então já ex-companheiro e a falta de recursos financeiros nos levam à constatação da interconexão de vieses de classe e gênero e, por isso, a necessidade da construção de entendimentos interseccionais.

Ao encarar uma jornada extenuante de trabalho em um frigorífico e, posteriormente, em um mercado, Mafaldinha sabia que iria encontrar desafios e, mesmo assim, os encarou, porque, naquele momento, essa era a única via para sair da realidade em que se encontrava, e ser, nas palavras dela, salva pela entrada na universidade.

Através das falas compartilhadas, podemos perceber que a criação de uma universidade em uma região do interior do município cumpre seu papel de inclusão, quando mulheres passam a projetar no Ensino Superior um caminho para alteração de realidades de violências e, portanto, começam a idealizar a educação como uma alternativa para um salto de qualidade de vida. Esse é um ponto crucial que está marcado na trajetória de Mafaldinha e que esteve presente em sua fala, interseccionalizando gênero e classe.

Considerando as pressões sentidas dentro e fora da família, tanto Violeta quanto Mafaldinha perceberam-se mergulhadas em uma realidade na qual desistir seria a opção mais próxima. Porém, essa não foi a escolhida.

A realidade compartilhada por essas duas professoras, importa mencionar, denota que a presença da sobreposição e entrelaçamentos de violências foi uma constante até a concretização do ingresso no ensino superior. Em vista disso, olhar para as pesquisadas e para suas trajetórias sem considerar o olhar

⁷ A referência trazida por Mafaldinha é da Escola de Ensino Básico Tancredo de Almeida Neves, localizada no bairro EFAPI, que fica na vizinhança das instalações da UFFS – Campus Chapecó, a uma distância aproximada de 6,5 quilômetros. Este é um bairro habitado, principalmente, por trabalhadores das agroindústrias da cidade: Aurora (Cooperativa Central Aurora Alimentos) e BRF (Brasil Foods).

interseccional a partir das categorias gênero e classe não é um caminho possível, uma vez que se busca compreender, amiúde, os desafios enfrentados.

Quantas Mafaldinhas e Violetas podem ter sonhado com o ingresso no Ensino Superior em uma licenciatura e podem não ter conseguido transpor as barreiras interseccionais que se apresentaram em seus caminhos? Quantas outras violências podem se sobrepor nas avenidas percorridas por outras tantas mulheres que, para além da intersecção de gênero e classe, também suportam questões de raça (mulheres pretas, pardas, indígenas), espaciais (imigrantes, apátridas) e de identificação sexual (transexuais, não-binárias etc.)?

Considerações finais

A interseccionalidade é um movimento de base que nasceu nas ações cotidianas das mulheres negras, que se viram entrelaçadas por diversas violências. Embora tenha ganhado notoriedade acadêmica com a introdução do termo por Kimberle Crenshaw, só alcançou legitimidade a partir da coletividade. Isso ocorre porque quanto mais pessoas conseguem compreender o conceito, mais forte e abrangente se torna sua efetividade. É, enfim, conforme Collins (2022, p. 176), um saber que surge com a experiência, sendo um tipo de resistência que nasceu a partir de grupos que mais precisam do conceito, que necessitam dele para melhor exemplificar suas realidades. De fato, é justamente a partir dessas mesmas bases que encontra seu fortalecimento.

Se a interseccionalidade é uma sensibilidade analítica, que possamos ter a sensibilidade de realizar leituras, partindo do local onde estivermos e compreendendo que ela nos permite “partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões”, como postula Akotirene (2022, p. 47).

Segundo Bilge (Rede TVT, 2021), a interseccionalidade é uma ferramenta de mão dupla: ao passo que fundamenta um caminho de empoderamento para grupos historicamente situados à margem, também sustenta os domínios de poder existentes na sociedade, oferecendo, portanto, uma visão alargada do poder. Tendo ciência disso e estando situadas ao lado dos grupos verdadeiramente donos do termo, concordamos com a autora, que só faz sentido continuarmos abordando a interseccionalidade quando unimos teoria e lutas – sociais – concretas, com as quais interagimos cotidianamente. O fato é que uso do termo não garante que a inclusão esteja sendo posta em prática. O importante é que possamos voltar atenções para a identificação de situações em que essa inclusão possa estar mascarada, ou seja, em que um palavreado novo é difundido, meramente, para conseguir notoriedade, mas as mesmas práticas continuam sendo utilizadas, configurando, pois, uma fachada interseccional.

Assim, independentemente da nossa localização geográfica, a interseccionalidade, ao mesmo tempo que faz parte de um processo histórico, atravessa profundamente questões atuais da vida em sociedade. Este é um dos motivos em que pensar políticas públicas que se desdobram em ações, sem considerar os reflexos em outras áreas que se imbricam nos eixos centrais de cada política, é atestar

desconexão frente às necessidades postas e, como resultado, fadar essas ações a um iminente fracasso ou a um sucesso maquiado, como queiram.

Como vimos, relatos sobre a construção da opção em formar-se professoras e os desafios contidos nessa escolha não podem ser tomados de forma isolada. A aproximação com as trajetórias das novas ingressantes, para conhecer o que aconteceu na fase anterior ao ingresso em um curso de licenciatura, dedicando-se a compreender os contextos (sociais e individuais) das novas graduandas nos permitirão saber se estas possuem necessidades diversificadas, para as quais precisam de acompanhamento igualmente diverso.

Isto é essencial para que acolhimentos equânimes sejam implementados, quando falamos do ingresso de mulheres com mais de 25 anos de idade que é uma realidade, como é o caso da UFFS – Campus Chapecó. As rupturas do processo de educação formal vivenciadas por essas mulheres, por vezes, abrem um fosso entre o vivo e a nova realidade. As retomadas devem ser baseadas na profundidade que esse fosso possui. Em outras palavras, isso significa que podem exigir mais ou menos intensidade de força para abandonar a realidade do fosso, a depender da profundidade com que tenha sido “cavado”. De qualquer forma, podemos considerar essa metáfora também como o entendimento sobre interseccionalidade, pois para que possamos medir com a maior precisão possível o tamanho desse abismo, precisamos nos cercar de informações sobre as experiências destas mulheres. Em vista disso, fazer um traço mediano pode resolver algumas questões, mas não coloca instituições de Ensino Superior num patamar de acolhimento que essas realidades demandam, já que a inclusão das mulheres que serão futuras professoras deve transpassar a oferta de uma vaga, ou, nas palavras de Bilge (Rede TVT, 2021), deve ser além de uma inclusão cosmética.

Ao fim e a cabo, problematizar tais práticas parece-nos necessário para que outras formas de acolhimento possam surgir, baseadas na compreensão das trajetórias pregressas de mulheres que ingressam nos cursos de licenciaturas após os 25 anos de idade e indo de encontro a situações que possam gerar esmaecimento dos esforços que elas empenharam para chegar a uma graduação. Desenvolver um processo de leitura e compreensão interseccional dessas trajetórias, construindo formas de acolhimento equânimes, é um desafio posto para instituições de Ensino Superior, incluindo a realidade vivenciada pela UFFS. Mas, além de desafio, é também caminho a ser pavimentado para o fortalecimento e a permanência, se tornando um elemento que pode contribuir para o sucesso acadêmico. Esta é uma via concreta, através da qual podemos compreender a complexidade interseccional trazida por este público.

Fontes

- MAFALDINHA. *Entrevista concedida a Michele Batista*. Chapecó, 22 jun. 2024.
VIOLETA. *Entrevista concedida a Michele Batista*. Chapecó, 22 jun. 2024.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Jandaíra, 2022.

- COLLINS, Patricia Hill. *Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2020.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Kimberle Crenshaw sobre Interseccionalidade*: “Eu queria criar uma metáfora cotidiana que qualquer pessoa pudesse usar”. *Portal Geledés*. 2014. Disponível em: <https://abrir.link/uKloq>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- CRENSHAW, Kimberlé. *Porque a interseccionalidade não pode esperar. Ação pela Identidade*. 2015. Disponível em: <https://abrir.link/GeCng>. Acesso em: 30 abr. 2025.
- CRENSHAW; Kimberlé. Desmarginalizando a intersecção entre raça e sexo: uma crítica feminista negra da doutrina da antidiscriminação, da teoria feminista e da política antirracista. In: BAPTISTA, Maria Manuel; CASTRO, Fernanda de (Orgs.). *Gênero e performance: textos essenciais 2*. Coimbra: Grácio Editor, 2019, p. 53-90.
- Hooks, Bell. *Ensinando comunidade: uma pedagogia da esperança*. São Paulo: Elefante, 2021.
- HYPOLITO, Álvaro Moreira. *Trabalho docente, classe social e relações de gênero*. São Leopoldo: Oikos, 2020.
- KYRILLOS, Gabriela Moraes. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, p. 1-12, 2020.
- MISOCZKY, Maria Ceci. Abordagem de redes no estudo de movimentos sociais: entre o modelo e a metáfora. *Revista de Administração Pública*, v. 43, n. 5, p. 1.147-1.180, 2009.
- MOURA, Adriana Ferro; LIMA, Maria Glória. A reinvenção da roda: roda de conversa: um instrumento metodológico possível. *Revista Temas em Educação*, v. 23, n. 1, p. 98-106, jan./jun. 2014.
- PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v. 11, n. 2, p. 263-274, 2008.
- REDE TTV. Interseccionalidade – Sirma Bilge no Brasil de Fato Entrevista. *Rede TTV*. 14 maio 2021. Disponível em: <https://abrir.link/ygHRE>. Acesso em: 07 mar. 2025.
- SANTOS, Ana Paula de Souza; COSTA, Maria Luísa Furlan. O avanço feminino na Educação Superior brasileira: perspectivas de gênero, raça e classe. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, v. 2, n. 21, e12657, 2021.
- VIANNA, Cláudia Pereira. O sexo e o gênero da docência. *Cadernos Pagu*, n. 17/18, p. 81-103, 2002.